

REFLEXOS DA CRISE ECONÔMICA E SANITÁRIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: RESILIÊNCIA OU APROFUNDAMENTO DO HIATO DE GÊNERO E INTERSECCIONAL?

Luana Passos¹

Danielle Carusi Machado²

Júlia Freitas de Lima³

Resumo: O objetivo deste texto foi analisar a desigualdade de gênero e interseccional no mercado de trabalho brasileiro, considerando as crises econômica e sanitária de Covid-19. Por meio de modelos de probabilidade, estimou-se como o fato de ser mulher e ser negra impactou na participação econômica, na desocupação e informalidade, usando a PNAD Contínua de 2012 a 2020. Os resultados não evidenciam que a crise econômica penaliza mais as mulheres e as negras. No caso da crise sanitária, há piora no hiato de gênero e interseccional no que se refere a proteção trabalhista, mas os resultados são divergentes nos outros indicadores.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Desigualdade interseccional; Crises.

Abstract: The objective of this text was to analyze gender and intersectional inequality in the Brazilian labor market, considering the economic and health crises of Covid-19. Using probability models, it was estimated how the fact of being a woman and being black had an impact on economic participation, unemployment and informality, using the Continuous PNAD from 2012 to 2020. In the case of the health crisis, there is a worsening in the gender and intersectional gap with regard to labor protection, but the results are divergent in the other indicators.

Key-words: Gender inequality; Intersectional inequality; Crises



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Economia - Universidade Federal Fluminense. Professora - Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: luanapassos_s@hotmail.com. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-5470-7349>>.

2 Doutora em Economia - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora associada - Universidade Federal Fluminense. E-mail: danicarusimachado@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2556-0886>>.

3 Graduada em Economia - Universidade Federal Fluminense. E-mail: juliafreitasdl@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7588-2712>>.

Introdução

Por muito tempo as sociedades ocidentais foram marcadas por um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, no qual a vida das mulheres se restringia a arena privada, e as responsabilidades domésticas e familiares inerentes a ela, e, os homens estavam predestinados a vida pública, atuando no âmbito econômico e político. Esse modelo é fincado em relações sociais assimétricas entre os sexos, que naturalizam a reprodução da vida como destino primordial de todas as mulheres e atribuem ao ser feminino um menor prestígio e poder nas sociedades.

Com as transformações econômicas e culturais esses papéis tradicionais de gênero têm sido ressignificados, o que paulatinamente tem possibilitado as mulheres galgarem espaço na arena pública, embora ainda sejam acentuadas as assimetrias nos espaços de poder. É inconteste que as mulheres têm avançado, com presença cada vez mais marcante em especial no mercado de trabalho, mas é também sabido que as conquistas não se processam na mesma medida ou ritmo para todas as mulheres. Em uma sociedade racista e classista como a brasileira, algumas categorias de mulheres têm sua trajetória mais obstaculizada pelos preconceitos e vulnerabilidades referente a cor/raça e condição econômica.

○ Brasil, na primeira década dos anos 2000, experimentou um avanço na agenda de enfrentamento as desigualdades e, no bojo de um bom desempenho da economia, o governo federal capitaneou melhoria dos indicadores de pobreza e desigualdade. Todavia, em 2014, ainda em uma gestão preocupada com mazelas sociais, o país começa a enfrentar uma crise econômica de grandes proporções, da qual teve dificuldade de se recuperar, ainda mais considerando a crise política instaurada com o impeachment de Dilma Rousseff. Conforme Oreiro e Paula (2019), a economia brasileira, saiu de um período de crescimento de 3,80% a.a. na média do período 2004/2013 para uma recessão a partir de 2014, com taxa média do Produto Interno Bruto (PIB) real de -1,87% a.a. no período 2014-2016. Além da crise econômica, que *per se* já tende a agudizar desigualdades, com o impeachment de Dilma Rousseff a área social perde prioridade na gestão federal. A pandemia de Covid-19 vem potencializar a vulnerabilidade, em um cenário que não era dos mais proeminentes para conquistas nas pautas de gênero e raça tendo uma gestão de extrema-direita no governo federal. Com um governo que negou a gravidade da pandemia e que não foi enérgico em seu enfrentamento, o Brasil amargou um número expressivo de mortes, uma forte contração econômica e um elevado gasto fiscal, como mostra Orair (2021).

Mediante esse cenário, este texto se propõe a investigar o comportamento da desigualdade de gênero e interseccional – gênero e raça – no mercado de trabalho brasileiro, considerando a crise econômica e sanitária. A hipótese da pesquisa é que nesses momentos de crise, o hiato das desigualdades teria se aprofundado, refletindo em maior impacto da crise para mulheres e mulheres negras.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, de modo sucinto, são apresentados os apontamentos da literatura sobre as crises no Brasil e seus efeitos de gênero e raça. A segunda seção é dedicada a construção do marco teórico sobre as desigualdades de gênero e interseccional e a luta feminina por sua superação. Na terceira seção, a base de dados e a metodologia são apresentadas. Na quarta, e última seção, são expostos e discutidos os resultados.

1 As crises e seus efeitos: apontamentos da literatura

A comparação entre duas crises exige a necessidade de explicitar as diferenças econômicas, políticas e até mesmo sanitárias dos respectivos cenários. Nesse sentido, a crise de 2014 e a crise originada da pandemia do Covid-19 possuem divergências nas suas causas e consequências capazes de justificar os diferentes impactos no que diz respeito aos efeitos de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.

O caráter econômico da crise de 2014, para uma vertente de economistas, é originado pelos problemas fiscais que o Brasil passava no período precedente. Segundo Cadó e Furno (2020), após período de forte crescimento econômico (2004-2014), consolida-se uma desaceleração do mesmo tendo em vista uma combinação de fatores relacionados a conjuntura econômica interna e internacional. Dentre estes fatores podem ser elencados a queda da demanda, dos preços das commodities, da taxa de investimentos e de arrecadação, tudo isto somado a uma crise política que contribuiu para o aumento das incertezas.

Tendo em vista o cenário econômico, a solução encontrada à época pelo governo Dilma foi a implementação de políticas de austeridade. A orientação macroeconômica tinha como foco central a recuperação das contas públicas a partir de cortes orçamentários e da redução do papel do Estado, das empresas estatais e dos bancos públicos (Mello; Rossi, 2017). Entretanto, são nas medidas de contenção da inflação que o mercado de trabalho mais sofreu. O objetivo de realocar a inflação próxima à meta, exigiu a adoção por parte do governo de um aumento dos juros e somado aos ajustes fiscais citados anteriormente, criou-se um cenário de queda de demanda e salários.

Portanto, o ajuste foi no mercado de trabalho, através do aumento da taxa de desemprego e da redução das pressões salariais (Mello; Rossi, 2017).

A política de austeridade do segundo governo Dilma fracassou em todos os objetivos inicialmente pensados e após o impeachment em 2016, Michel Temer assume a presidência. Contudo, além de permanecer com o mesmo plano de ajuste fiscal, o então presidente também utiliza outros artifícios a fim de contornar a situação econômica do país, como, por exemplo as reformas estruturais, sendo elas a nova regra fiscal referendada na EC 95 e a Reforma Trabalhista (Cadó; Furno, 2020).

Diante do cenário de instabilidade política, crise econômica e adoção de políticas macroeconômicas de austeridade fiscal, o mercado de trabalho sofreu consequências que não faziam parte da realidade brasileira há anos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostraram que a taxa de desemprego praticamente dobrou em 2 anos, saindo de 6,2% em dezembro de 2014 para 12% em dezembro de 2016, sendo esta última a maior taxa já registrada na época desde 2012, ano em que a série histórica foi iniciada.

O recorte por gênero da taxa de desocupação evidencia um aumento para as mulheres, mas sua justificativa não advém puramente de mulheres que perderam seus postos de trabalho durante a crise. Em momentos de crise econômica, a reação de muitas famílias na defesa do nível de renda é ampliar o número de membros que participam da atividade econômica. Sendo assim, o aumento na inserção das mulheres na força de trabalho trouxe como consequência o aumento da taxa de desocupação delas que não foram absorvidas pelo mercado de trabalho (Cadó; Costa Furno, 2020; Leone, 2019), o chamado efeito trabalhador adicional por causa da crise.

Além disso, a crise afetou em maiores números os empregos mais tradicionais, principalmente os ligados a indústria (Cadó; Costa Furno, 2020). Segundo Hirata (2015), a crise deteriorou os postos de trabalho com maior presença masculina, sendo assim, a partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres tiveram menos impactos negativos no que diz respeito a perda do emprego, mas adquiriram como função manter a renda familiar durante a crise. Chamado de trabalho secundário ou trabalhador adicional, essa categoria que as mulheres se inserem com maior força a partir de 2014, possuem as maiores taxas de informalidade (Pereira; Galvão; Maxir, 2018).

Tradicionalmente, o trabalho doméstico é a porta de entrada para muitas mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, a situação laboral dessas mulheres é de precariedade, pois possuem pouca valorização social e baixos salários, além do grupo que utiliza desse portal serem as mais vulneráveis:

mulheres negras e pobres (Bruschini; Lombardi, 2000; Hirata, 2015). Segundo Cadó e Costa Furno (2020), além do aumento no número de subocupadas, no início de 2015 ocorre um *boom* na taxa de ocupação em serviço doméstico, corroborando os argumentos da alocação laboral dessas mulheres em momentos de crise.

Sendo assim, a crise de 2014 que perdurou até 2017, teve seu diagnóstico das causas repousado na ideia de que os crescentes déficits do orçamento eram consequências do aumento dos gastos em políticas sociais (Mello, 2015). As mulheres, sobretudo as negras, são as mais dependentes de políticas sociais, ou seja, situação laboral dessas mulheres sofreu um retrocesso após anos de mudanças e incentivos por parte do governo para amparar essa população demandante de políticas sociais (Barroso; Gama, 2020; Cadó; Costa Furno, 2020; Teixeira, 2018).

Por outro lado, a pandemia do Covid-19 trouxe questões não vivenciadas pela crise de 2014, que foi uma crise econômica *per se*. Isto porque a causa dos choques econômicos e financeiros de 2020 são consequência de um vírus altamente contagioso e letal, e a forma encontrada inicialmente para o controle da disseminação foi a adoção de isolamento social e até de *lockdown*. Esta medida tomada em diversos países e incluindo o Brasil, ainda que de maneira branda se comparada a outros, interrompeu o funcionamento de diversas atividades não essenciais como, por exemplo, o funcionamento de escolas, creches, shoppings, praias, parques etc.

A paralisação aguçou a precariedade de grupos vulneráveis no que diz respeito ao trabalho e a sobrevivência (Acciari, 2020; Barbosa; Costa; Herscksher, 2020). Enquanto grupos privilegiados com alta escolaridade e remuneração conseguiram retomar suas atividades de trabalho e estudo com o *home office*, as famílias pobres foram obrigadas a continuar “trabalhando, usando o transporte público, onde é impossível evitar o contato com outras pessoas, e sem os recursos financeiros para comprar os itens de proteção recomendados: luvas, máscaras e álcool em gel” (Acciari, 2020, p. 1).

Como as mulheres possuem historicamente uma sobrecarga de trabalho reprodutivo, o isolamento social aprofunda essa desigualdade de horas destinadas aos afazeres domésticos e de cuidados, mas também expõe a heterogeneidade das mulheres. Enquanto um grupo privilegiado terceiriza os serviços domésticos outro necessita desse trabalho, pois é uma das únicas formas de permanecer no mercado de trabalho durante o período de *lockdown*. Então essas trabalhadoras se depararam com dois caminhos que seus empregadores precisavam tomar: continuar com a exposição diária ao vírus para manter o rendimento familiar em casos em que as famílias que

terceirizam essa atividade permanecem dispostos a receber outra pessoa em suas casas ou são demitidas.

Ao tratar da demissão dessas trabalhadoras é importante destacar as mais de 2,5 milhões de diaristas no Brasil, onde conforme as dirigentes sindicalistas contatadas por Acciari (2020), entre 90% e 95% das diaristas com quem elas conseguiram entrar em contato estavam sendo demitidas e sem receber salário. O caso das trabalhadoras domésticas com carteira assinada, ainda que minoria, é de negociação, os patrões que concordam ou ainda conseguem manter financeiramente antecipam o 13º salário e/ou férias para manter a remuneração para uma quarentena remunerada. Contudo, essa não é a realidade da maioria que teve a situação aguçada pela flexibilização das leis trabalhistas (Acciari, 2020).

A necessidade de permanecer em seus lares seja por imposição sanitária ou pela falta de oportunidades de emprego traz outras consequências para as mulheres, em especial as pobres e negras. Contudo, é importante ressaltar que a pandemia mostra apenas uma nova expressão das desigualdades sociais já vividas de maneira um pouco menos acentuada anteriormente. Então, corroborando os fatos estilizados do mercado de trabalho brasileiro, junto aos jovens, os negros e os com menor nível de escolaridade, as mulheres em termos de perda de ocupação foram as mais afetadas, além é claro, dos trabalhadores informais (Barbosa; Costa; Herscksher, 2020).

A presença de mais indivíduos nos lares somados ao fechamento de creches e escolas impactaram na distribuição de recursos dos lares sendo ele totalmente revisto a partir do momento que crianças e adolescentes passaram a fazer todas as refeições em casa e consequentemente gastando mais energia elétrica (Barbosa; Costa; Herscksher, 2020; Barroso; Gama, 2020). É importante destacar a importância para as mulheres pobres sobre a oferta de creches para além do despendido nas contas mensais. Barbosa e Costa (2017) encontram evidências que a oferta de creche possui efeito positivo e significativo sobre a probabilidade de as mulheres que são mães participarem no mercado de trabalho. Considerando o contexto pandêmico, sem a oferta de creches e com baixa demanda por trabalho a situação das mulheres permanece extremamente delicada. Portanto, as mulheres pobres, em sua maioria negras e moradoras de periferias e favelas, tiveram seu frágil orçamento doméstico facilmente desestabilizado (Barroso; Gama, 2020).

Sendo assim, os cenários das duas crises são bastante distintos. De maneira contrária ao que ocorreu na crise de 2014, a pandemia da Covid-19 também impactou setores com maior presença feminina, então trouxe

consigo recordes decrescentes na taxa de participação das mulheres⁴. Para tanto, a primeira crise permitiu que as mulheres adentrassem no mercado de trabalho a fim de contribuir para a renda familiar, questão impossibilitada durante a crise sanitária pelo bloqueio do funcionamento de atividades não essenciais, atingindo o setor de serviços e o informal fortemente.

No que diz respeito às políticas sociais, enquanto as medidas de austeridade a partir de 2015 fragilizaram os grupos que mais dependem dessas ações, durante a pandemia diversos apoios para a permanência feminina no mercado de trabalho já enraizados foram paralisados por medidas de força maior, por exemplo, as creches e escolas. Na tentativa de contornar a situação caótica da população vulnerável o governo implementou o auxílio emergencial que perdurou até 2021, antecipou o saque do FGTS, entre outras medidas, mas não suficientes para entregar segurança alimentar para todas as famílias.

Por fim, a exposição ao vírus das mulheres na linha de frente nos hospitais e das trabalhadoras não essenciais obrigadas a se deslocar diariamente, exemplifica o título escolhido para o artigo por Barroso e Gama (2020) de “a crise tem rosto de mulher”, assim como também foi encontrado na presença feminina a solução necessária para a atenuação das quedas de rendimentos familiares em 2014.

2 Os feminismos e a construção da luta feminina

A despeito das diferenças que podem ocorrer na periodização e na vivência de cada país, a atuação do movimento feminista pode ser contada por meio de ondas, que é um modo sistematizado de apontar características e expressões de cada momento da luta. As ondas do feminismo possibilitam a compreensão de como o movimento foi sendo desenhado e redesenhado de modo a atender a uma realidade que se apresentava de modo cada vez mais complexo ou que se complexificava com o avançar da própria luta.

A primeira onda do feminismo é o momento no qual as mulheres passam, de modo mais veemente, a lutar por direitos políticos, sendo o elemento de destaque da disputa o voto feminino. Havia sido negado às mulheres, desde as civilizações gregas e romanas às democracias erguidas na Europa pós a Revolução Francesa, a expressão mínima de cidadania - o direito de votar e ser votada. Parece natural que o elemento aglutinador de luta feminina fosse o sufrágio universal, na medida que o mesmo representava o primeiro passo para o reconhecimento da cidadania feminina, não mais uma cidadania de

4 No segundo trimestre de 2020, a taxa de participação feminina registrou o menor número desde a década de 1990, segundo os valores divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE.

segunda classe na qual o acesso aos espaços decisórios tinha que ocorrer por intermédio de um homem.

Assim, essa primeira onda ficou conhecida como sufragismo, despondo no final do século XIX com a luta das mulheres em vários países, com destaque a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, pelo reconhecimento dos seus direitos de cidadania. Para Abreu (2002), a Grã-Bretanha e os Estados Unidos se destacam na emergência e na força da luta das mulheres por direitos, devido nesses países o liberalismo político e seus princípios de erradicação das barreiras e hierarquias arbitrarias terem logrado êxito, enquanto nas nações da Europa Continental, o feminismo que floresceu nas revoluções liberais e socialistas ter sido rapidamente sufocado com a restauração do conservadorismo. O direito ao voto feminino foi paulatinamente conquistado mundo a fora, sendo que na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos ele se concretizou, respectivamente, em 1918, pela lei parlamentar *Representation of the People Act*, e, em 1920, pela 19ª Emenda à Constituição americana (Abreu, 2002). No Brasil, o voto feminino, a nível nacional, foi conquistado, em 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas suprime da lei eleitoral todas as restrições ao voto das mulheres.

Conquistado o direito básico de cidadania – votar e ser votado – uma segunda onda do feminismo emerge em meados do século XX. Às vezes considerado como momento do feminismo identitário, constrói-se, nesse momento, o lugar de sujeito para as mulheres. Em uma atuação que perpassa pelas esferas políticas, sociais e domésticas, as mulheres galgaram o lugar de sujeito, saindo da invisibilidade que outrora imperava (Martins, 2015). Assim, o feminismo construiu, na segunda onda, um sujeito unitário – as mulheres –, fincado na crença de que haveria muito mais similitudes a unir as mulheres do que distinções a as separar (Pinheiro, 2016).

Em contraposição a primeira onda em que há indícios de que se lutou pelos direitos políticos tomando partido de papéis socialmente construídos por tanto, um movimento com certo cunho conservador (Costa, 2005), a segunda onda coloca em xeque as funções sociais como base nas diferenças biológicas. A reivindicação do momento é pela participação das mulheres na vida pública em igualdade de condições com os homens, ou seja, sem condicionantes sociais do que compete a cada sexo na sociedade.

Acompanhando essa onda do feminismo as mulheres pouco a pouco colorem em outros tons sua atuação na vida pública, como bem atesta o seu aumento de participação na atividade econômica que por muito tempo foi tida como espaço de homem. Contudo, a reivindicação dessa fase de quebra de papéis sociais estereotipados se deu na realidade de boa parte dos países

como uma conquista parcial, nos termos de Esping-Andersen (1999) uma revolução de gênero incompleta, na medida em que as mulheres adentraram no mercado de trabalho, na política, e na vida pública de modo geral, mas os homens pouco se motivaram a compartilhar as responsabilidades da vida privada, em especial participar da socialização das atividades reprodutivas.

Mas, essa experiência de restrição ao espaço privado, ao qual o movimento de mulheres lutou em sua segunda onda pelo desfalecimento, não representava o cotidiano de uma parcela de mulheres, em especial das mulheres negras que vivenciaram a exploração de sua força de trabalho no período da escravidão e, pós ele permaneceu na vida laboral de modo muito precário. Certamente, a atribuição do papel de cuidadora permanece elemento comum a todas as mulheres, mas até mesmo nesse quesito existem diferenças cotidianas veladas, dado como aponta hooks (1995) é perene um imaginário social de que a mulher negra está no mundo para servir aos outros. Essa luta por um sujeito universal feminino precisava ser ressignificada de modo a acomodar o que havia de peculiar na experiência de distintos grupos de mulheres, algo que ganha espaço em uma terceira onda do movimento.

○ feminismo de terceira onda é marcado pelo debate da interseccionalidade, a qual se dará centralidade nesse texto, mas também por uma abordagem pós-estruturalista da sexualidade que têm como expoente Judith Butler⁵. O debate da interseccionalidade foi cunhado em movimento que se denominava feminismo negro. Collins (2017) aponta que o uso do termo “feminismo negro” foi um modo de desestabilizar o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político que só representava a realidade das pessoas brancas. O pensamento feminista negro representa um leque de experiências e ideias a partir do ponto de vista das mulheres negras, conforme o compartilhamento de interpretações teóricas da realidade delas (Collins, 2009; Figueiredo, 2017).

A vivência das mulheres negras se distancia em muito do discurso clássico de opressão feminina, haja vista que as negras nunca foram tratadas como frágeis, trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, sendo um contingente de mulheres que pasmaram quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar ao já ocuparem esse espaço (Carneiro, 2001). Para dar conta da heterogeneidade das mulheres, foi gestado dentro do feminismo negro o debate teórico sobre interseccionalidade, que ganhou projeção com Crenshaw (1989). Assim, as raízes do debate interseccional remontam tanto aos movimentos abolicionistas de mulheres do século XIX

5 Maiores informações nesse debate podem ser acessadas em: Martins (2015) e Pinheiro (2016).

como as lutas e teorizações dos movimentos feministas negros e lésbicos nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir dos anos 1970 (Henning, 2015).

Embora não haja consenso sobre o gesto fundador da interseccionalidade, o que interessa aqui é acessá-lo como instrumental para desnudar a heterogeneidade das mulheres, auxiliando na compreensão de porque ainda hoje as mulheres negras ocupam a base da estratificação social. Esse conceito exprime a existência de múltiplas fontes de identidade entre as mulheres, sendo a experiência de cada uma produzida no entrecruzamento dos diversos marcadores sociais como gênero, raça e classe. A interseccionalidade considera a transversalidade das relações sociais e seus efeitos para produção e reprodução de desigualdades complexas.

Nesse feminismo de terceira onda, o debate sobre a heterogeneidade das mulheres emerge e junto com ele o questionamento sobre um sujeito universal-mulheres. Se há opressões experimentadas pelo fato de ser mulher, há privilégios vividos por ser uma mulher branca ou uma mulher rica. E essa ponderação é bem verídica para o caso brasileiro, no qual a ascensão profissional de algumas mulheres em muito é possibilitada pelo trabalho doméstico mal remunerado e precário de outras mulheres, notadamente o trabalho das negras.

O caminho percorrido pelo feminismo, com claras ressignificações na luta, o possibilitou hoje ser um movimento de grande envergadura. Da busca pelo direito ao voto, a crítica ao determinismo biológico, até a consideração da heterogeneidade das mulheres, o feminismo foi se reinventando de modo a ser combativo em uma realidade concreta. Agora já há uma crença que o feminismo adentra uma quarta onda, adequando-se aos tempos digitais.

A quarta onda do feminismo não parece pôr em questionamento elementos das outras ondas, como foi o caso das queixas da terceira onda na proposta de universalidade do sujeito mulher da segunda onda, mas encapar uma nova roupagem na forma de profusão e mobilização das pautas femininas. Por meio do espaço digital se amplia o horizonte do movimento, permitindo tanto ampliação das lutas, como a questão LGBTQIAP+, como o alcance de um público mais abrangente no feminismo tido como da hashtag. Para o caso brasileiro, Perez e Ricoldi (2018) apontam que é possível identificar na quarta onda do feminismo três tendências principais: o ativismo digital; a interseccionalidade; e atuação por meio de coletivos. A expansão do acesso e mobilização via internet abriram brechas a diversas vertentes feministas, que combatem concomitantemente o machismo, o racismo e a LGBTfobia, sendo o feminismo interseccional acolhedor de todas essas clivagens (Perez; Ricoldi, 2018).

A história do feminismo, de modo sucinto aqui contada, revela o percurso sinuoso que o movimento teve que trilhar de modo a ser representativo do grupo que desejava dar voz - as mulheres. Em um processo de ressignificação, o feminismo, tido como um movimento da elite branca, passou a ser os feminismos ou um feminismo com sujeito multifacetado, englobando as distintas vivências que ser mulher pode comportar.

A necessidade de se pensar a pluralidade no feminismo é atestada nos indicadores socioeconômicos investigados, pois há claros elos e distinções em ser mulher. Se por um lado os números apontam que o pertencimento de gênero posiciona as mulheres em desvantagem frente aos homens, os mesmos revelam que o pertencimento racial coloca as mulheres negras no lugar da desvantagem, como será exposto na seção dos resultados.

3 Fonte de dados e metodologia

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo as áreas urbanas e rurais, para o período de 2012-2019 e os trimestres de 2020. Essa base foi escolhida por ser uma das pesquisas amostrais mais apropriada na investigação das condições de mercado de trabalho tendo em vista sua periodicidade, qualidade e abrangência nacional.

Foi escolhido o período de 2012 a 2019 para poder investigar os efeitos das assimetrias de gênero e interseccional, considerando o momento da crise econômica (2014-2016) vivenciado no Brasil, valendo-se, nesse caso, da primeira entrevista da PNAD Contínua. Para compreender os efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho, foi usado os trimestres da PNAD Contínua⁶.

Para compreender os efeitos de gênero e interseccional na participação na força de trabalho e na inserção laboral serão estimados modelos de probabilidade: *probit*. Em todos os modelos, a variável dependente é binária, e como o intento é investigar a precariedade laboral no momento de crise econômica e sanitária, a referência será o lado mais negativo da situação: não participar da força de trabalho, encontrar-se desocupado e não ter carteira assinada.

⁶ No caso do segundo período usado da base de dados cabe ressaltar que devido ao contexto pandêmico ela foi realizada por telefone, um grande esforço do IBGE para dar continuidade a prestação de informações na pandemia. Segundo Penna et al (2020), o Brasil foi o primeiro país do mundo a realizar um levantamento amostral de base domiciliar por meio de entrevistas telefônicas. Ao longo de 2020, por volta de 193 mil domicílios foram entrevistados todo mês, com o morador que atendeu ao telefone sendo o respondente de todas as informações do questionário.

Todos os modelos serão estimados considerando a seguinte equação (1) que descreve o comportamento da variável latente :

$$Y_i^* = Z_i \alpha + \mu_i \quad (1)$$

A variável dependente é latente e pode ser entendida como uma medida de utilidade não observada. A variável observada descreve a situação de não participar da força de trabalho (ou de encontrar-se desocupado, ou de encontrar-se trabalhando sem carteira de trabalho assinada), ou seja:

$$Y=1 \text{ se } Y_i^* > 0$$

$$Y=0 \text{ se } Y_i^* \leq 0$$

No primeiro modelo, a variável dependente é a situação de participação na força de trabalho (não participar da força de trabalho; $Y=1$; ou participar da força de trabalho; $Y=0$), no segundo modelo, a variável dependente descreve a situação de desocupação ou ocupação, sendo $Y=1$ se desocupado e $Y=0$ se ocupado, e no terceiro modelo analisa-se a formalização, sendo a variável dependente igual a um, se não tem carteira de trabalho assinada e zero, caso tenha carteira de trabalho assinada na ocupação.

A matriz Z representa o conjunto de variáveis exógenas que influenciam a probabilidade de estar em uma ou outra situação, representa os coeficientes relacionados às variáveis explicativas e, o termo de erro aleatório com distribuição normal-padrão.

O conjunto de variáveis é composto por características pessoais e domiciliares: idade; idade ao quadrado; anos de estudos; *dummy* de sexo; *dummy* interseccional⁷; *dummy* de pessoa de referência na família; *dummy* de cor⁸; presença de crianças no domicílio de 0 a 5 anos; presença de crianças no domicílio de 6 a 14 anos; presença de idosos no domicílio; presença de crianças no domicílio de 0 a 5 anos que frequentam escola ou creche; presença de crianças no domicílio de 6 a 14 anos que frequentam escola; *dummy* de receber Bolsa Família; *dummies* de regiões; *dummy* para área urbana. Esse mesmo conjunto de características é utilizado para os dois períodos analisados. Para a análise do segundo período, como os dados são trimestrais, não se tem a variável referente ao recebimento do Bolsa Família. No Quadro 1 são apresentadas as variáveis utilizadas nos modelos.

7 Usada nos modelos que investigam a diferença entre as mulheres.

8 Usada nos modelos que investigam a diferença entre homens e mulheres.

Os resultados apresentados se baseiam nos efeitos marginais calculados para a média das variáveis explicativas. Eles correspondem à derivada parcial da probabilidade do evento em relação à variável em questão. O interesse aqui não é avaliar todos os determinantes de se encontrar na situação de não compor a força de trabalho, ou estar desocupado ou trabalhar sem carteira, e sim estudar os efeitos de gênero e interseccional. O foco é analisar os resultados das variáveis de sexo e interseccional (gênero e raça) sobre as variáveis de interesse, sendo as demais explicativas utilizadas como controles pois, são apontadas na literatura como determinantes das situações em investigação. A amostra é restrita a pessoas da faixa etária de 14 a 59 anos.

Os modelos são estimados para cada um dos anos da série de 2012 a 2019 e para os quatro trimestres do ano de 2020.

Quadro 1: Descrições das variáveis utilizadas na estimação

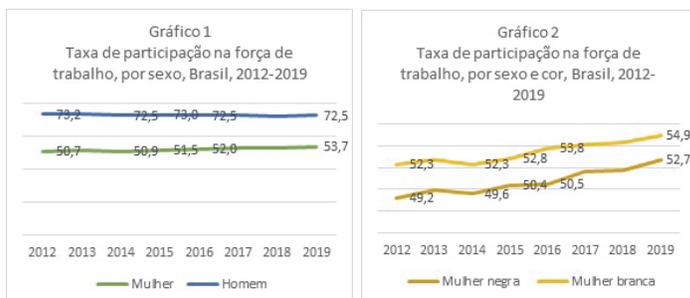
	Variáveis	Descrições
Dependentes	Ausência de participação no mercado de trabalho	Informa se o indivíduo não participa da força de trabalho
	Desocupação	Informa se o indivíduo está desocupado
	Carteira de trabalho assinada	Informa se o indivíduo trabalha sem carteira de trabalho assinada
Explicativas	Escolaridade	Informa os anos de estudo do indivíduo
	Idade	Informa a idade do indivíduo
	Idade ao quadrado	Informa a idade do indivíduo elevada ao quadrado
	Negro	Informe se o indivíduo é preto ou pardo
	Pessoa de referência	Informe se o indivíduo é a pessoa de referência no domicílio
	Sexo	Informa se a pessoa é mulher
	Interseccional	Informa se a pessoa é mulher negra
	Criança de 0 a 5 anos no domicílio	Informa se residem crianças de 0 a 5 anos no domicílio
	Criança de 6 a 14 anos no domicílio	Informa se residem crianças de 6 a 14 anos no domicílio
	Criança de 0 a 5 anos na creche ou escola	Informa se as crianças de 0 a 5 anos frequentam creche ou escola
	Criança de 6 a 14 anos na escola	Informa se as crianças de 6 a 14 anos frequentam escola
	Idoso no domicílio	Informa se residem idosos no domicílio
	Recebe Bolsa Família	Informa se o indivíduo recebe Bolsa Família
	Regiões	Informa as regiões do Brasil
Área urbana	Informa se a pessoa reside em área urbana	

Fonte: Elaboração Própria

4 Resultados

Descritivas das desigualdades no mercado de trabalho na crise econômica

A análise no mercado de trabalho brasileiro, considerando o período da maior crise econômica recente, deixa clara a existência e perenidade dos padrões de desigualdades – gênero e interseccional. Na questão de gênero, a despeito de todos os avanços femininos, permanecem lacunas expressivas em termos de participação no mercado de trabalho, sendo que de 2012 a 2019 ficou em torno de 20 pontos percentuais (p.p.) a diferença de participação entre homens e mulheres, mas com tendência de queda. Durante os anos de recessão, 2014 a 2016, não se nota uma piora da assimetria de gênero, mantendo-se o patamar da desigualdade. Notam-se diferenças de participação entre as mulheres, por volta de 3 p.p. no período em tela, desfavorável as negras. No período da crise econômica, não se observa uma piora da situação das mulheres negras, permanecendo o patamar de assimetria (Gráficos 1 e 2).

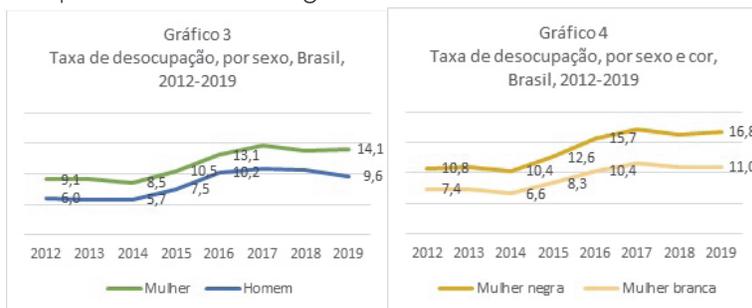


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

No caso da desigualdade de gênero, como há tempo atesta o movimento feminista, a permanência das lacunas laborais se deve as relações sociais de poder nas sociedades patriarcais, que criam estereótipos de gênero que secundarizam e desqualificam as mulheres como força de trabalho. Como o trabalho reprodutivo é tido como a função primordial das mulheres na sociedade, as mesmas são alijadas de uma maior e melhor inserção na vida pública. Mas há de se ponderar que as mulheres não representam uma categoria homogênea, como bem chama a atenção o feminismo negro em sua pauta sobre a necessidade de considerar o cruzamento de vulnerabilidades. Se o sistema patriarcal oprime as mulheres, o racismo e o classicismo fazem as mulheres negras e/ou pobres experimentem de forma diferenciada as agruras do patriarcado.

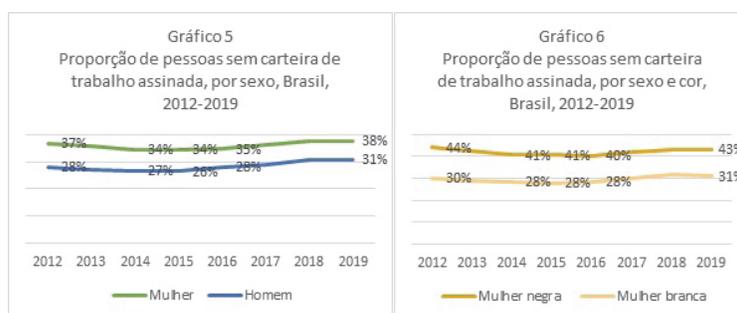
E as assimetrias se notam também na forma de inserção laboral, sendo a desocupação e a formalização indicadores que refletem bem a situação.

Como mostram os Gráficos 3 e 4, há assimetrias tanto entre homens e mulheres como entre as próprias mulheres em termos de desocupação. Ao longo do período, as mulheres apresentam algo em torno de 3 p.p. de desocupação maior que os homens. Já as mulheres negras, têm quase 5 p.p maior de desocupação do que as mulheres brancas. Na desocupação, é possível perceber que no período da recessão econômica houve piora mais acentuada para as mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

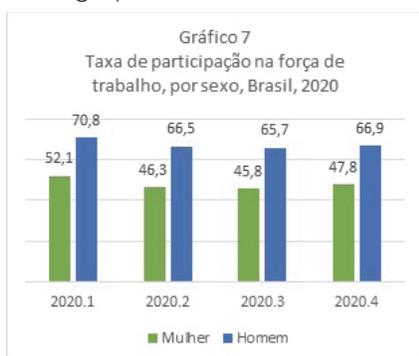
Em termos de formalização, expressada aqui pela variável de ter carteira de trabalho assinada, os Gráficos 5 e 6 deixam patente as assimetrias de gênero e interseccional. No primeiro caso, as mulheres são em média 8 p.p. menos detentoras de carteira de trabalho assinada que os homens, ao longo do período, e não se nota uma elevação da desigualdade devido à crise econômica. De modo análogo, há uma diferença média de 11 p.p. entre as mulheres, entre 2012 e 2019, mas sem pioras de hiato no momento da crise econômica.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

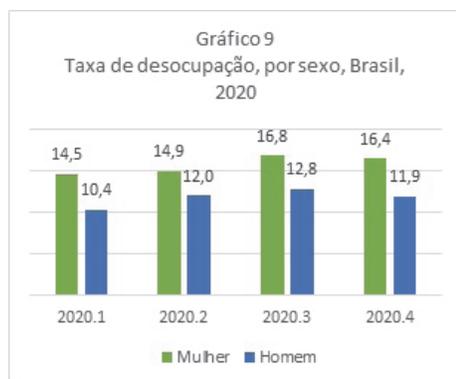
Descritivas das desigualdades no mercado de trabalho na crise sanitária

Olhando especificamente para o ano de 2020, ao qual o mundo enfrentou a pandemia de Covid-19, mantém-se os padrões de desigualdades supracitados, bem como seu hiato. O Gráfico 6 mostra que, ao longo dos trimestres de 2020, a diferença de participação entre homens e mulheres fica em torno de 19 p.p, chamando atenção a taxa de participação feminina ter caído ao menor patamar das últimas duas décadas. Entre as mulheres, existe diferença nas taxas de participação, mas patamar bem inferior ao da diferença de gênero: na média 3 p.p ao longo de 2020. No quarto trimestre de 2020, nota-se movimento de recuperação da taxa de participação, para todos os grupos, mas ainda em nível inferior à do primeiro trimestre de 2020.



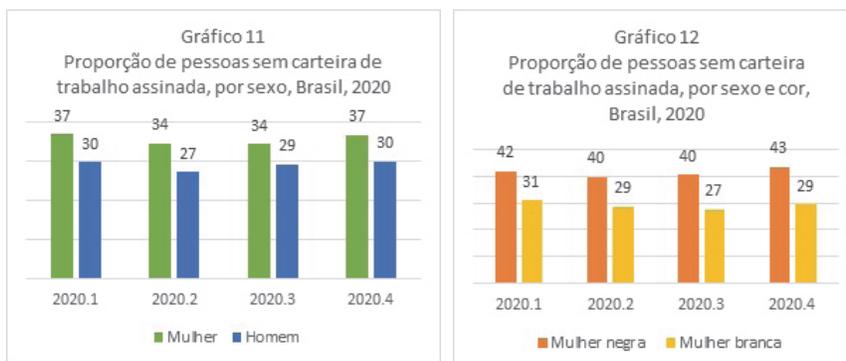
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Com a pandemia, a desocupação entrou em trajetória ascendente ao longo de 2020, sendo as mulheres negras as que experimentaram as piores taxas. A diferença de desocupação entre homens e mulheres fica, em 2020, na casa dos 4 p.p, desfavorável às mulheres. E entre as mulheres a desvantagem é das negras, de algo em torno de 6 p.p. No caso da desocupação, não se nota recuperação no quarto trimestre.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Na questão da formalização, os resultados tomam formato de U: uma queda de início na proporção dos que não tinham carteira assinada e depois um aumento. As diferenças, ao longo de 2020, ficam em torno de 7 p.p desfavoráveis as mulheres e 12 p.p desfavoráveis as negras. Curioso é uma queda da proporção dos que não tinham carteira assinada durante 2020, certamente, reflexo da ida para inatividade econômica dos trabalhadores mais vulneráveis.

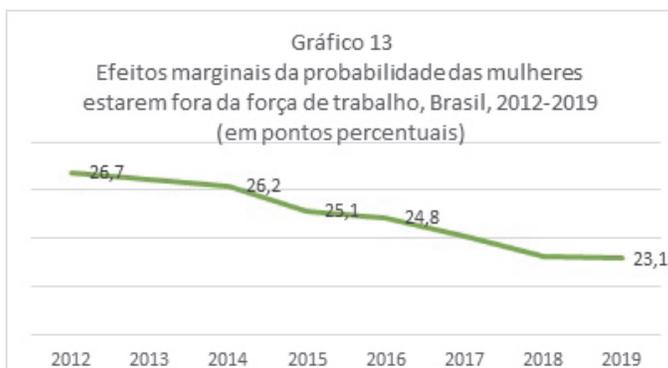


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Modelo de probabilidade na crise econômica

Nesta pesquisa, utilizaram-se os modelos de probabilidade para investigar se no período de recessão econômica (2014-2016), as desigualdades entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres teriam sido agudizadas, ao se controlar as características observáveis, corroborando a ideia de que em momentos recessivos determinadas categorias são mais penalizadas.

No Gráfico 13, no qual é exposto os efeitos marginais da probabilidade das mulheres estarem fora da força de trabalho em contraposição aos homens, nota-se que durante a crise econômica houve redução da probabilidade de as mulheres estarem fora da força de trabalho. Em 2014, uma mulher tinha uma probabilidade de mais de 26,2 pontos percentuais (p.p) que os homens de estarem fora da atividade econômica, enquanto em 2016 essa probabilidade era de 24,8 p.p. A crise econômica parece na verdade ter criado a necessidade de um trabalhador adicional na família, empurrando mais mulheres para força de trabalho, algo confirmado nos apontamentos da literatura. Considerando o período como um todo, nota-se queda na diferença de probabilidade de as mulheres estarem fora da força de trabalho frente aos homens.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

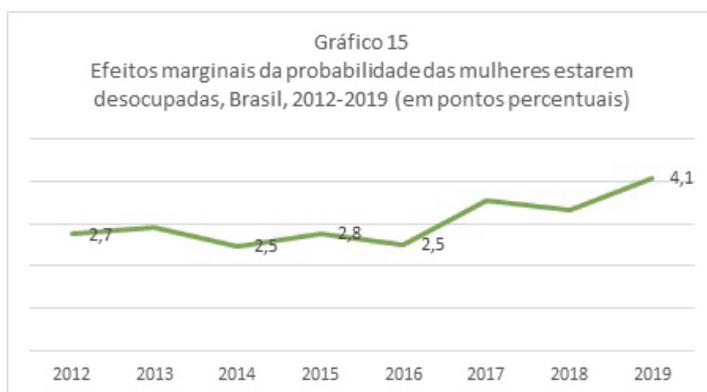
Quando a atenção se centra na diferença entre as mulheres, como mostra o Gráfico 14, os resultados negativos sinalizam que as mulheres negras frente as mulheres brancas teriam menor chance de se encontrarem fora da força de trabalho. Esse resultado é contrário do que se via nas estatísticas descritivas, nas quais as mulheres negras estavam levemente mais presentes na inatividade econômica. Os resultados apontam que as mulheres negras, em 2014, teriam 1,4 p.p a menos de probabilidade de estarem fora da força de trabalho e, em 2016, essa diferença de probabilidade era de apenas 0,3. Ou seja, o benefício das mulheres negras foi sendo mitigados durante a crise econômica, o que pode ser indicativo que devido ao cenário recessivo as negras transitaram para inatividade, mesmo controlando para as características observáveis.



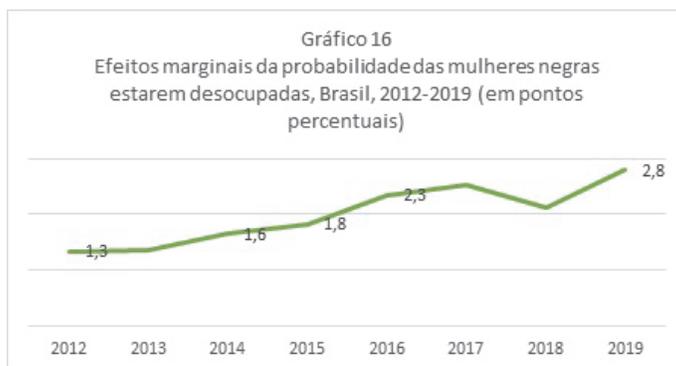
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

No quesito desocupação, os dados mostrados no Gráfico 15 apontam um aumento da probabilidade de as mulheres estarem desocupadas considerando o período como um todo. Em 2012, as mulheres tinham uma probabilidade

de 2,7 p. p. a mais que os homens de estarem desocupadas ao passo que, em 2019, esse número era de 4,1. No período propriamente considerado de recessão nota-se um movimento de U invertido: piora de 2014 para 2015 e depois retorno ao patamar de 2014 em 2016. Embora a partir de 2017 o PIB já tenha apresentado resultados de crescimento, em termos de desocupação feminina a situação parece ter piorado, com aumento da diferença de probabilidade de desocupação em relação aos homens.



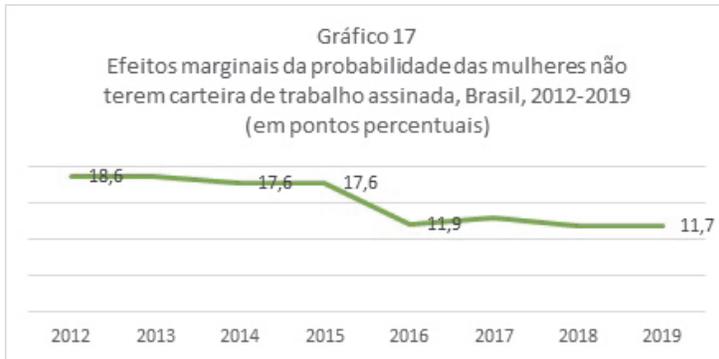
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

Ao se considerar as diferenças entre as mulheres, se nota no Gráfico 16 aumento da probabilidade de as negras estarem desocupadas em relação as brancas. Em 2014, uma mulher negra tinha 1,6 p.p a mais de probabilidade de se encontrar desocupada do que uma mulher branca, enquanto, em 2016, esse número é de 2,3. Ou seja, há uma piora da desocupação a partir da crise econômica, contudo, mesmo com a retomada, ainda que modesta, do crescimento econômico a situação das negras não retoma ao patamar anterior ao da crise.

Por fim, em termos de ter carteira de trabalho assinada nota-se uma melhoria da condição feminina haja vista que houve queda na probabilidade de as mulheres frente aos homens não terem carteira de trabalho assinada, considerando o período todo. A distância ainda é expressiva, mas claramente está se avançando a proteção trabalhista feminina. Ao contrário do que era esperado, durante o período recessivo, a diferença na probabilidade de as mulheres em relação aos homens não terem carteira assinada saiu de 17,6 p.p. em 2014, para 11,9 p.p., em 2016. Isto pode indicar a ida para desocupação ou inatividade dos trabalhadores mais vulneráveis.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

Entre as mulheres também se percebem diferenças em termos de proteção trabalhista, com uma melhoria da situação para as mulheres negras considerando todo período em análise. Todavia, no momento da crise econômica notou-se aumento da diferença da probabilidade das negras em relação as brancas não terem carteira de trabalho assinada, sendo que, em 2014, o efeito foi de 2,8 e, em 2016, passou a ser 3,4 (Gráfico 18).

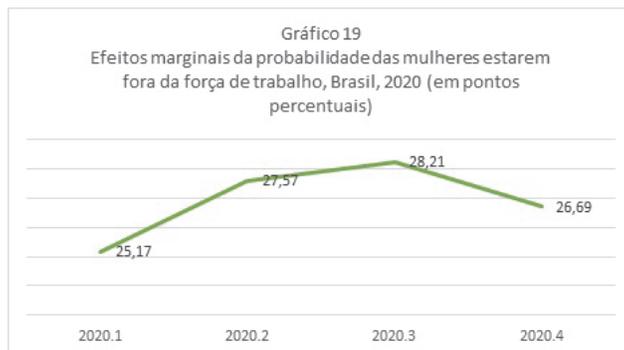


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2012-2019.

Modelo de probabilidade na crise sanitária

Em 2020, o mundo enfrentou a maior crise sanitária do último século, com fortes reflexos no mercado de trabalho devido à paralisação por vários meses das atividades econômicas não essenciais. Cabe refletir se a pandemia de Covid-19 no Brasil teria penalizado laboralmente mais algumas categorias, a saber: mulheres e mulheres negras.

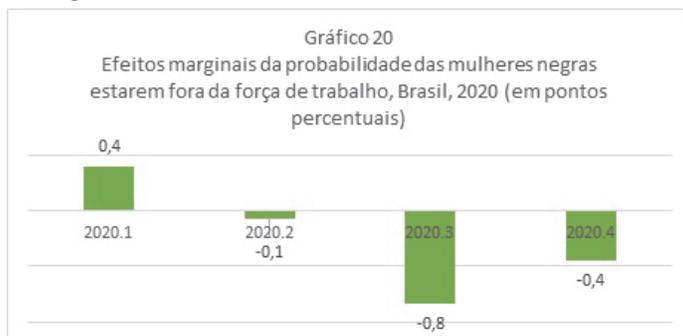
No Gráfico 18, nota-se o aumento da probabilidade de as mulheres em relação aos homens estarem fora da força de trabalho, do primeiro trimestre (o efeito marginal foi de 25 p.p.) ao terceiro trimestre de 2020 (o efeito foi de 28 p.p.). No quarto trimestre, onde já estava ocorrendo relaxamento das medidas de isolamento social houve uma queda da diferença das probabilidades (valor de 27 p.p.), mas ainda assim mantendo acima do valor notado no primeiro trimestre de 2020. Quando contrastado com o período anterior ao da crise sanitária não se notam muitas mudanças em termos de valor do hiato, sendo a diferença da probabilidade feminina de estar fora da força de trabalho mais de 20 p.p. em relação a masculina. Como o cuidado permanece socialmente um atributo feminino, as mulheres continuando sendo penalizadas em sua atuação na vida pública, em particular na possibilidade de disposição a exercer trabalho remunerado independente da crise vivenciada.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

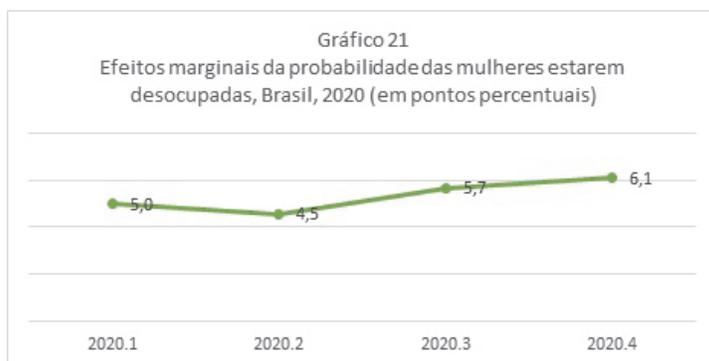
Considerando as diferenças entre as mulheres, com exceção do primeiro trimestre, quando o efeito marginal foi positivo, nos demais trimestres tem-se que as mulheres negras tinham menor chance que as brancas de estarem fora da força de trabalho. Ou seja, a partir do segundo trimestre, as negras passam a experimentar os efeitos negativos da paralisação da atividade econômica. Elas passam a ter menor probabilidade de ficar fora do mercado de trabalho. A magnitude dos efeitos marginais é baixa, mas os valores podem sinalizar que a crise sanitária empurrou mais mulheres negras a se engajarem

economicamente devido provavelmente ao aumento de vulnerabilidade (Gráfico 20), hipótese do trabalhador adicional. Em termos comparativos, o período anterior ao da crise sanitária, apresentou condições melhores para as mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Em termos da desocupação, como mostra o Gráfico 21, ao contrário do esperado cai a diferença da probabilidade das mulheres em relação aos homens de estarem desocupadas entre o primeiro e segundo trimestre de 2020, possivelmente por terem ido para inatividade direto. Depois disso, o efeito marginal apresenta trajetória ascendente. No segundo trimestre de 2020, as mulheres têm 4,5 p.p a mais de probabilidade de estarem desocupadas que os homens, já no quarto trimestre, esta diferença passou para 6,1 p.p. Há indícios de que nesse quesito, as mulheres foram mais penalizadas pela pandemia de Covid-19 que os homens. Em contraste ao período anterior à crise sanitária se observa um patamar mais elevado de precariedade para as mulheres.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

No que concerne a diferença racial entre as mulheres, as negras ao longo de 2020 tiveram maior probabilidade que as brancas de estarem

desocupadas. A pior situação ocorreu no segundo trimestre de 2020, quando as negras tiveram quase 4 p.p a mais de probabilidade de desocupação. Ao longo da pandemia, isto parece ter melhorado, sendo que no quarto trimestre, o efeito marginal foi menor que o do primeiro trimestre do ano quando comparadas as mulheres brancas e negras. É importante ressaltar que a magnitude do efeito marginal, tirando o pico de 3,9 no segundo trimestre de 2020, não fica tão distante do período pré-pandêmico (Gráfico 22). O fato é indicativo de que na prática se mantém a maior vulnerabilidade laboral das mulheres negras, como fruto de um passado escravocrata brasileiro que nega equânimes oportunidades entre negros e brancos na sociedade. No caso das mulheres, o sexismo arraigado também concede sua parcela de contribuição para condições laborais mais precárias, sendo conforme imbricamento de vulnerabilidade que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social.

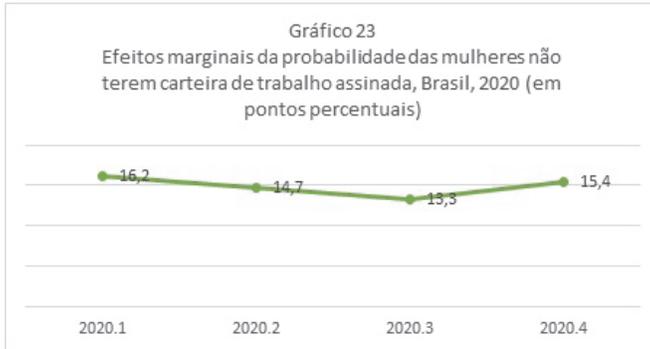


Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Por fim, cabe refletir sobre a condição de proteção trabalhista aqui observada pela lente de ter carteira de trabalho assinada. À primeira vista, os resultados parecem estranhos, pois há queda na diferença da probabilidade de as mulheres em relação aos homens não terem carteira assinada do primeiro ao terceiro trimestre de 2020. Mas, essa redução não é um número a ser comemorado já que na prática uma menor desproteção trabalhista na pandemia parece ser reflexo de que as trabalhadoras mais vulneráveis saíram do mercado de trabalho. Conseqüentemente, o que se observou foi uma queda na informalidade. A informalidade passou a não mais funcionar como “colchão” de amortecimento durante a crise sanitária.

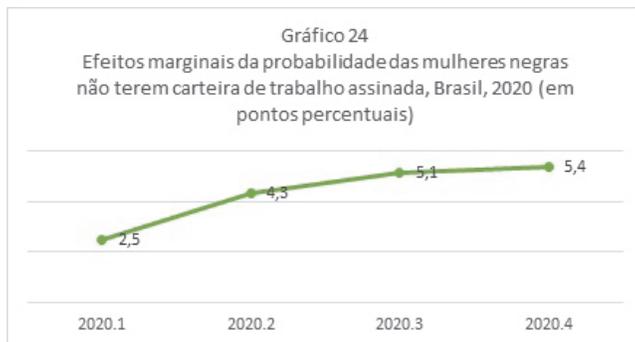
Quando se olha o aumento da diferença da probabilidade de as mulheres não terem carteira assinada em relação aos homens no quarto trimestre de 2020 faz sentido a consideração acima. O relaxamento do isolamento social levou a uma retomada ao mercado de trabalho, sobretudo das trabalhadoras mais vulneráveis refletindo no aumento da informalidade. Frente ao vivido

antes da crise sanitária, tem-se patamares mais altos agora de diferença de probabilidade de as mulheres não terem carteira de trabalho assinada frente aos homens, indicando uma piora da condição laboral feminina (Gráfico 23).



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Observando a diferença entre as mulheres, tem-se que durante a pandemia aumentou a probabilidade de as mulheres negras não terem carteira de trabalho assinada. No primeiro trimestre do ano, uma mulher negra tinha 2,5 p.p a mais de probabilidade não ter carteira assinada e, no quarto trimestre, passou a ter 5,4 p.p. Embora as mulheres negras representem a categoria com maior nível de vulnerabilidade laboral, esses resultados distintos da situação das mulheres de modo geral, podem ser indicativos de que as negras transitaram primeiro para a informalidade durante a pandemia, e em momento posterior teriam saído do mercado de trabalho (ver Gráfico 24). Ao se cotejar com os resultados pré-pandemia, há uma diferença de magnitude não desprezível, o que evidencia aumento de precariedade laboral para as mulheres negras se comparado as mulheres brancas.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua, 2020 (1º ao 4º trimestre).

Com base nessas estatísticas e modelos apresentados, se pode aventar que as desigualdades ainda são marcantes entre homens e mulheres e entre

as próprias mulheres. Todavia, ao contrário da hipótese de pesquisa, não são encontradas evidências que na crise econômica e sanitária tenham se aprofundado todos os hiatos das desigualdades.

5 Considerações finais

Durante a primeira década dos anos 2000, as conquistas sociais colocaram o Brasil em um patamar mais elevado de civilidade e dignidade para seu povo, com melhorias no mercado de trabalho e na provisão de bens e serviços públicos. Mediante a assombrosa desigualdade que ainda marcava o país nos anos 2000, tem-se que o ritmo das mudanças foi lento, mas ao menos sinalizava aos brasileiros a esperança de um futuro promissor.

Em 2014, o bom desempenho da economia que favoreceu o modelo de crescimento redistributivo levado a cabo pelas gestões centro-esquerda se inverte e, o país passa a vivenciar uma profunda recessão. Não querendo entrar no mérito dos fatores que teriam conduzido o país a maior recessão desde a do governo Collor, algo se tem por certo é a deterioração do mercado de trabalho. Deterioração que não foi passageira, tendo em vista que mesmo com a retomada modesta do crescimento econômico, as condições laborais continuaram bem precárias. Em um cenário que não era dos melhores no Brasil – economia estagnada, desemprego elevado, e um presidente que não nega, na verdade se orgulha, de seu desprezo pelas pautas identitárias – chega a pandemia de Covid-19. Assim, o país passa a experimentar um momento muito delicado para as populações historicamente mais vulneráveis, dado os efeitos deletérios da pandemia em um contexto que já era de menor bem-estar social.

Essa pesquisa se propôs a avaliar o comportamento das desigualdades laborais entre homens e mulheres e entre mulheres (brancas versus negras) considerando a crise econômica (2014-2016) e a crise sanitária da Covid-19 (2020). O resultado a que se chega é que, ao contrário do que era esperado, não se têm evidências que a crise econômica penaliza mais fortemente algumas categorias, como as mulheres e as mulheres negras. O que os dados levam a crer é que, em linhas gerais, os patamares das desigualdades são preservados durante a crise econômica e, por isso, mulheres e mulheres negras mantêm sua elevada vulnerabilidade. E também não se pode ter uma conclusão taxativa que a pandemia acentua o hiato das desigualdades, para os elementos laborais analisados. Pode-se extrair dos dados que durante a crise sanitária há uma piora das assimetrias em termos de proteção trabalhista. Todavia, nos demais indicadores os resultados são divergentes em relação a diferença de gênero e interseccional. No indicador de participação econômica

ocorre a manutenção do hiato que separa mulheres de homens e piora para as mulheres negras, já na desocupação tem-se uma piora para as mulheres frente aos homens e manutenção da situação das negras frente as brancas.

○ que se pode concluir, de modo contundente de tudo que foi analisado, é que se acentuou o nível de vulnerabilidade da população brasileira, refletindo em uma vida menos digna para as categoriais que historicamente são mais marginalizadas: mulheres e mulheres negras.

Referências

ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. In: **Arquipélago-História**, 2ª série, VI, 2002.

ACCIARI, L. A trabalhadora doméstica também é um ser humano: O direito a quarentena remunerada como novo privilégio social. In: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia**, pp. 1 - 8, 2020.

BARBOSA, A. L. N. de H.; COSTA, J. S. de M. **Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: IPEA. (Nota técnica 62). 2017.

BARBOSA, A. L. N. de H.; COSTA, J. S. de M.; HECKSHER, M. D. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?** (Nota técnica 69). 2020.

BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do Covid-19 para as mulheres no Brasil. In: **Revista do Ceam**, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jul. 2020.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, pp. 67 - 104, 2000.

CADÓ, I. L.; DA COSTA FURNO, J. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. In: **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, pp. 1 - 30, 2020.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Revista LOLA Press**, n. 16, nov. 2001.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**. New York/London: Routledge. 2009. 335 p.

..... O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. In: **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, pp. 1 - 20, 2005.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **University of Chicago Legal Forum**, pp. 139 - 167. 1989.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Incomplete Revolution**: adapting to women's new roles. Cambridge: Polity Press, 2009.

FIGUEIREDO, A. Somente um ponto de vista. In: **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Análise nº 7/2015 Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, 2015.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, pp. 97 - 128, jul./dez. 2015.

HOOKS, B. Intelectuais negras. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, pp. 464 - 478, 2. sem.1995.

LEONE, E. Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão. In: **Anais. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. pp. 1 - 19, 2019.

MARTINS, A. P. A. O sujeito 'nas ondas' do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. In: **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, jan/abr. 2015.

MELLO, G. Os primeiros resultados do ajuste: presente sombrio, futuro incerto. In: Ajuste econômico, renúncias fiscais e seguridade social. **Revista Social de Desenvolvimento**. Ano 3. Maio de 2015.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: **Texto para discussão**. n. 309. Campinas: Unicamp. 2017.

ORAIR, R. O. Política fiscal e resposta emergencial do Brasil à pandemia. Brasília: IPEA. In: **Políticas sociais**: Acompanhamento e Análise, n. 28, 2021.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro**: Uma avaliação preliminar, 2019 (mimeo).

PENNA, G. O.; SILVA, J. A.A; NETO, J. C.; TEMPORÃO, J. G.; PINTO, L. F. Pnad Covid-19: um novo e poderoso instrumento para vigilância em saúde no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, pp. 3567 - 3571, 2020.

PEREIRA, R. M.; GALVÃO, M. C.; MAXIR, H. dos S. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2018.

PEREZ, O.; RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: **Anais**. 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2018.

PINHEIRO, L. S. **Os dilemas da construção do sujeito no femismo da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ipea. (Texto de Discussão do Ipea n. 2210).2016.

TEIXEIRA, M. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. Economia para Poucos. In: ROSSI, P; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. (Orgs). **Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Recebido em março de 2023.

Aprovado em março de 2024.